

**ANÁLISE DA UTILIDADE DA MENSURAÇÃO A VALOR JUSTO DOS ATIVOS
FLORESTAIS SOB A ÓTICA DE USUÁRIOS INTERNOS DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

Robson Queiroz Pereira^{ψ φ}

Leide Vânia Miranda de Moreira^ψ

Vitor Hideo Nasu^ψ

Eduardo Flores^{ψ φ}

Eliseu Martins^ψ

Áreas Científicas: a) Informação Financeira e Normalização Contabilística.

Palavras-chave: Ativo biológico, Ativo florestal, Usuário interno, Valor justo, Entrevista.

^ψ Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA/ USP), São Paulo, Brasil – 908 Avenida Professor Luciano Gualberto– São Paulo (SP), Brasil – Prédio FEA 3 – 05508-010.

^φ Autores Correspondentes.

ANÁLISE DA UTILIDADE DA MENSURAÇÃO A VALOR JUSTO DOS ATIVOS FLORESTAIS SOB A ÓTICA DE USUÁRIOS INTERNOS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Resumo

A partir de cinco entrevistas semiestruturadas com usuários internos de quatro empresas com ativos florestais atuantes no Brasil foi verificado que o valor justo não é considerado no planejamento e controle dessas companhias, e por consequência neutralizado na avaliação de desempenho das organizações e dos gestores. Além disso, os entrevistados indicaram como fatores prejudiciais para uso dessa métrica de mensuração a complexidade da estimação do valor justo para fins da projeção, controle orçamentário e bonificações. O presente estudo indica que enquanto o valor justo potencialmente pode ser uma informação relevante para usuários externos das demonstrações financeiras, seu uso no âmbito dos usuários internos é pouco ou nada relevante.

1 Introdução

A evolução e a complexidade do agronegócio, sobretudo em relação à mecanização, preparação das terras, modificações genéticas e cultivo de forma geral, gera dúvidas e falta de consenso quando se refere ao reconhecimento e mensuração dos ativos biológicos, cuja praticabilidade pode ser difícil e controversa (Bosch, Aliberch & Blandón, 2012; Brito, 2010; Machado, 2016). Especialmente com relação ao processo de mensuração dos ativos florestais, cujos ciclos de transformação biológica são maiores e valores de mercado são difíceis de serem determinados devido à inexistência de mercados ativos, fatores os quais resultam em elevada subjetividade para a atribuição do valor justo (Herbohn & Herbohn, 2006). Consequentemente, dificultando a correlação entre a representação fidedigna da entidade e os padrões elevados de qualidade da informação financeira (Pires & Rodrigues, 2008).

Na Europa, Argilés e Slof (2001) ressaltam que o reconhecimento dos ativos biológicos ocorria por meio do custo histórico antes da emissão da IAS 41 – *Agriculture*, em 2001, embora o valor realizável líquido já fosse considerado como alternativa pelas empresas que reportavam as demonstrações financeiras. Diferentes pesquisas buscaram analisar as implicações do IAS 41 em jurisdições europeias (Argilés & Slof, 2001). Outros estudos abordaram a utilidade da informação contábil dos ativos biológicos na percepção de contadores e agricultores (Bosch et al. 2012), bem como, há estudos que procuraram analisar a volatilidade provocada pela mensuração desses ativos (Herbohn & Herbohn, 2006; Pires & Rodrigues, 2008).

Especificamente, no Brasil, ainda que a Lei nº 6.404/76 e o Decreto-Lei nº 1.598/77 já permitissem a mensuração dos ativos biológicos pelo valor de mercado, a contabilização antes da adoção das IFRS era baseada no custo histórico, com o resultado da operação sendo reconhecido apenas no momento da venda (Gelbcke, Santos, Ludícibus & Martins, 2018), sobretudo, em decorrência de a prática contábil brasileira estar fortemente vinculada à tributação. Contudo, a partir da primeira emissão do Pronunciamento Técnico 29 – Ativos

Biológicos e Produto Agrícola, *International Accounting Standard 41*, doravante IAS 41, em 2009, a forma de reconhecimento desses ativos passou a afetar os resultados da empresa conforme o processo de transformação biológica por meio da mensuração a valor justo. A adoção dessa norma teve por objetivo trazer melhor informação para os usuários externos sobre os resultados da empresa ao longo do ciclo operacional dos ativos biológicos e, potencialmente, incrementar a análise do desempenho valor patrimonial (Lefter & Roman, 2007; Wanderley, Silva & Leal, 2012).

Os ativos biológicos vem sendo objeto de estudo de pesquisadores brasileiros (Einsweiller & Fischer, 2013; Figueira & Ribeiro, 2016; Gonçalves, Santos & Szuster, 2012; Machado, 2016; Wanderley et al., 2012). Por exemplo, Wanderley et al. (2012) verificaram o grau de observância do CPC 29 no segmento de agropecuária e concluíram que as empresas ainda não divulgavam plenamente as informações demandadas pelo pronunciamento técnico. Figueira e Ribeiro (2016), por sua vez, fizeram análise documental a respeito da divulgação de ativos biológicos pós CPC 29, verificando a prevalência do uso do fluxo de caixa em função da inexistência de mercado ativo, pontuando que tal escolha traz uma diversidade de taxas de desconto utilizadas e pouca divulgação quanto às premissas utilizadas. Já Einsweiller e Fischer (2013) pesquisaram sobre os efeitos da aplicação do valor justo no ativo biológico de uma empresa do ramo de papel e celulose, empregando o estudo de caso, verificando um montante relevante de ajuste do valor justo nas demonstrações financeiras.

Com base na discussão prévia e na literatura levantada, observa-se a dificuldade para determinar o valor justo de ativos biológicos sem mercados ativos (Figueira & Ribeiro, 2016), principalmente, por envolver maior subjetividade nas premissas assumidas pelos preparadores da informação contábil (Figueira & Ribeiro, 2016; Herbohn & Herbohn, 2006). Esse é o caso dos ativos florestais (Herbohn & Herbohn, 2006), característicos por apresentarem longos ciclos produtivos e sem comércio ativo, podendo originar incertezas nas tomadas de decisão. Desta forma, o objetivo do estudo consiste em analisar as opiniões

dos usuários sobre a relevância e utilidade do valor justo de ativos florestais para fins de análise interna.

Todavia, verificou-se uma lacuna na realização de estudos que buscassem avaliar se as informações do valor justo de ativos florestais se apresentariam como informações úteis e relevantes para usuários internos dos reportes contábeis. Nesse contexto, este estudo procura contribuir com duas principais frentes: (i) discussão teórica sobre a utilidade das bases de mensuração dos ativos biológicos para tomada de decisão interna à entidade, especialmente com foco nos ativos florestais; (ii) fornecimento de evidências por meio de utilização de metodologia qualitativa, pouco explorada nas pesquisas de ativos biológicos. O uso de quantificações e técnicas estatísticas tem sido usualmente o meio pelo qual os estudos vêm sendo conduzidos. Por esta razão, a interação em profundidade com os usuários internos para compreender o modo como percebem a relevância do valor justo de ativos florestais pode prover distintos e novos *insights* para a prática contábil.

Outrossim, é importante mencionar que as demonstrações financeiras são instrumentos que auxiliam na redução da assimetria informacional entre intervenientes internos e externos de uma empresa (Jensen & Meckling, 1976). Tão logo, se as informações a valor justo não são relevantes para usuários internos em seus processos decisórios, pouco potencialmente o serão para usuários externos. Sendo assim, à medida que esse argumento se confirma, é possível conjecturar que a mensuração a valor justo de ativos biológicos, a qual não é usada pelos usuários internos, acaba por acentuar a assimetria informacional dos usuários externos em relação ao primeiro grupo, que passam a contar com uma informação reportada distante daquela utilizada pelos gestores das organizações.

O artigo está organizado, além deste capítulo introdutório, da seguinte forma: *Discussão teórica*; Seção destinada à apresentação dos conceitos e também das implicações da utilização do valor justo e do custo histórico na prática contábil; *Metodologia da pesquisa*, capítulo destinado à descrição e explicação dos processos para a construção e tratamento dos dados; *Análise e discussão dos resultados*, parte que procurou evidenciar os

principais achados e discuti-los à luz da literatura prévia; e *Considerações finais*, capítulo que retoma o resumo das pretensões do artigo, traçando observações sobre os achados e as suas implicações. Além disso, extensões e limitações do estudo estão igualmente abordadas.

2 Discussão Teórica

Nesta seção são apresentados os conceitos de reconhecimento e mensuração dos ativos biológicos, bem como evidenciam-se as vantagens e desvantagens das diferentes bases de mensuração dos ativos.

2.1 Conceito, reconhecimento e mensuração dos ativos biológicos

Conforme o IAS 41, os ativos biológicos representam plantas ou animais vivos que dão origem a produtos agrícolas, os quais são obtidos a partir do ativo biológico posteriormente ao seu processo de transformação biológica. Por exemplo, o eucalipto (ativo biológico) dá origem à madeira (produto agrícola) proveniente dos processos de crescimento, corte e tratamento (transformação biológica) da planta.

O reconhecimento dos ativos biológicos deve obedecer a três requisitos: (i) controle do ativo resultante de evento passado; (ii) provável obtenção de benefícios econômicos futuros; e (iii) o valor justo, ou o custo quando o valor justo não puder ser determinado com confiabilidade.

Em relação à base de mensuração dos ativos biológicos durante o período de crescimento, degeneração, produção e procriação, o IAS 41 estabelece que se deve utilizar o valor justo menos as despesas de venda desde o seu reconhecimento inicial.

De acordo com o CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, IFRS 13, emitido em 2012, o conceito de valor justo é o seguinte: “o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração” (item 9). Para a determinação do valor justo, apresentam-se três alternativas hierarquizadas: (i) Nível 1: Consideração de informações sobre preços cotados, sem ajustes, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; (ii) Nível 2:

Ter como base informações observáveis para ativos ou passivos, direta ou indiretamente, excetuando-se preços cotados compreendidos no Nível 1.; e (iii) Nível 3: Utilizar dados não observáveis para o ativo ou passivo, assumindo premissas e desenvolvendo dados com base nas melhores informações que estiverem disponíveis nas circunstâncias.

No caso de ativos biológicos sem mercado ativo e que são utilizados como insumo na produção, que é o caso da maioria das empresas com ativos florestais no Brasil, o valor justo pode apresentar distorções na utilização resultando em um custo para a empresa de difícil compreensão pelo mercado (Ribeiro, 2013; Machado, Martins & Carvalho, 2014).

Diferentes pesquisas internacionais citam o IFRS 13, como fonte de informação oportuna para os investidores (Barth, 2006; 2013; Landsman, 2007). Além disso, as informações sobre o valor justo possibilitam também aos acionistas uma ferramenta de avaliação da gestão da companhia (Anderson et al., 2015). Armstrong, Barth e Riedl (2010) obtiveram evidências que sustentam que há melhoria na qualidade informacional das divulgações relacionada a reação positiva do mercado às IFRS na Europa. Similarmente, Figueira e Ribeiro (2016) verificaram, no contexto brasileiro, uma maior divulgação das informações sobre ativos biológicos nas demonstrações contábeis após a adoção do IAS 41. Esses achados ressaltam a importância da IFRS 13 para o contexto de utilidade da informação da perspectiva do usuário externo.

Por outro lado, Frezatti, Guerreiro e Braga (2007) enfatizam que o usuário interno da informação pode apresentar necessidades, perspectivas e expectativas diferentes da utilização da informação contábil em relação ao usuário externo. A contabilidade gerencial tem a sua importância no controle de custos, formas de custeio, sua relação com as receitas e o lucro, seja por produto, cliente, atividade ou segmento de um negócio, auxílio na formação de preço em algumas circunstâncias etc. (Hansen & Mowen, 2005) e para análise de performance dos gestores (Frezatti et al., 2007). Desse modo, a contabilidade gerencial contribui para a atividade de agronegócio e, mais especificamente, para as análises do valor justo de ativos biológicos ao prover flexibilidade do uso de práticas contábeis.

2.2 Comparação entre o valor justo e o custo histórico

As bases de mensuração dos ativos biológicos têm impacto direto no resultado do exercício. As duas formas praticadas para fins societários pelas entidades, até por observância do IAS 41, são o custo e o valor justo. Na impraticabilidade de se determinar este, deve-se usar aquele. Evidenciam-se, portanto, as vantagens e desvantagens dessas duas formas de mensuração, relacionando aos ativos florestais.

As vantagens da mensuração a custo em relação a valor justo estão associadas aos seguintes pontos: (a) a mensuração a custo pode ser considerada mais objetiva e praticável por se pautar em documentos oficiais (ex.: nota fiscal) que representam as transações econômicas. Portanto, os conceitos de objetividade e praticabilidade são melhores atendidos por essa forma de mensuração (Martins, 2001); (b) é defensável que a mensuração a custo atenda melhor à característica de melhoria da Verificabilidade, por ter documentos para a sua confrontação. Mesmo dependendo, às vezes, de alguma subjetividade em determinados critérios de rateio; e (c) a determinação do valor justo é mais subjetiva, especialmente quando da utilização do Nível 3. Por isso, corre-se o risco de mensurar o ativo com menor precisão caso as premissas admitidas não sejam acuradas. Herbohn e Herbohn (2006) e Dowling e Godfrey (2001), por exemplo, evidenciam o aumento na volatilidade, manipulação e subjetividade dos lucros reportados sob o uso do valor justo;

De outro lado, enfatizam-se as vantagens da utilização do valor justo sobre o custo para os ativos biológicos: (d) é mais simples que o custo histórico quando há fácil acesso aos preços de mercado, (e) o acompanhamento da riqueza da entidade é feito *durante* o processo de transformação biológica, ao invés da mensuração no *momento efetivo da venda*, como é contabilizado pelo custo histórico; (f) permite melhor visão sobre a performance da empresa, demonstrando as variações de preços de mercado e do valor do patrimônio líquido de uma perspectiva mais próxima e oportuna do valor econômico (Martins, 2001; Machado, 2016); e (g) o *basis for conclusions* do IAS 41 coloca que aqueles que são a favor do uso do valor justo como base de mensuração do ativo biológico argumentam que as mudanças de transformação biológica são melhores refletidas com o

uso do valor justo. Além disso, a mensuração a valor justo está diretamente relacionada à expectativa de benefícios econômicos futuros.

A partir da discussão sobre a mensuração de ativos biológicos como um todo, inserem-se, neste momento, os ativos florestais nesse debate. Observa-se que o uso do custo para mensurar esse tipo de ativo durante todo o seu ciclo produtivo – da plantação à colheita – é mais verificável porque baseia-se em documentos oficiais. Em adição, a mensuração a custo pode ser mais adequada para representar o ativo florestal, sobretudo, na mensuração inicial devido à dificuldade da estimação do valor justo em virtude da não existência de mercados ativos de florestas em crescimento, bem como há múltiplas incertezas relacionadas ao seu processo produtivo. Em contraposição, a mensuração a valor justo pode refletir melhor os ativos florestais ao avaliar o desempenho da entidade ao longo do processo produtivo, reconhecendo a variação do valor justo no resultado do exercício. Ademais, embora o uso do Nível 3 do valor justo seja mais subjetivo, argumenta-se que há maior poder de decisão atribuído ao profissional contábil. De perspectiva de valorização profissional, o julgamento dos profissionais contábeis torna-se peça fundamental nessas circunstâncias.

Em suma, percebe-se que existem vantagens e desvantagens, sejam de praticabilidade ou conceituais, na adoção da mensuração a custo ou a valor justo para os ativos florestais. Dessa forma, refletir sobre as práticas correntes é necessário a fim de buscar a mensuração que reflita com maior nível de fidedignidade a alteração do patrimônio das entidades, considerando o seu contexto específico e macroeconômico.

3 Metodologia da pesquisa

Consistentemente com o objetivo de compreender a opinião dos usuários internos acerca da relevância das formas de mensuração dos ativos biológicos para fins de tomada de decisão, a pesquisa possui abordagem qualitativa. A estratégia de pesquisa empregada para a construção dos dados foi a entrevista semiestruturada, o que significa que as

questões estão dispostas em uma estrutura de tópicos e/ou temas a serem respondidos pelo entrevistado, denominado de roteiro de entrevista.

Sendo assim, as perguntas são efetuadas de forma sequencial e consistente, porém, o entrevistador tem liberdade para incluir perguntas de acordo como as respostas forem sendo fornecidas, especialmente no caso em que as respostas não abordem completamente o que se desejava capturar (Berg, 2004; Martins & Theóphilo, 2009).

O objetivo de uma entrevista qualitativa é poder visualizar o problema de pesquisa a partir da ótica do entrevistado e entender, a partir disso, melhor o como e o motivo de o entrevistado possuir essa perspectiva. Dessa forma, o entrevistado é um participante ativo ao responder as entrevistas, sendo esse relacionamento um diferencial da pesquisa (King, 2004).

A seleção dos entrevistados ocorreu com base em três critérios. O primeiro está relacionado ao tipo de usuário da informação contábil. Ou seja, foram selecionados entrevistados da ótica interna à empresa sobre a relevância das informações na tomada de decisões e no planejamento e controle. O segundo critério associa-se ao conhecimento técnico de contabilidade acerca dos ativos florestais para os usuários internos, visto que esse tipo de ativo envolve maior subjetividade na mensuração por não possuir mercado ativo, gerando discussões mais enriquecedoras. Por fim, o último critério é a posição ocupada pelo entrevistado e porte das entidades. Foram selecionados indivíduos com posições estratégicas na tomada de decisão acerca de aspectos financeiros de grandes corporações. Desse modo, todos os entrevistados atuam em empresas de grande porte no ramo de ativos florestais, sendo duas das empresas brasileiras de capital aberto do ramo de papel e celulose e duas empresas multinacionais com sede no continente norte-americano, sendo uma delas com foco em papel e celulose e a outra de agronegócio com plantação de eucalipto para produção energética.

As questões éticas foram esclarecidas em momento prévio à entrevista e conduzidas conforme as recomendações de Gillhan (2005) e Smith (2015), as quais podem ser sumarizadas em contatar e enviar previamente as informações sobre a pesquisa aos

entrevistados, assim como manter o sigilo do participante e, ainda, com a possibilidade de sua desistência a qualquer momento do estudo. Especificamente, os pesquisadores forneceram sete esclarecimentos aos entrevistados: (i) apresentação dos pesquisadores; (ii) apresentação dos propósitos da pesquisa; (iii) anonimato do entrevistado; (iv) uso das informações disponibilizadas sob autorização prévia; (v) direito de se retirar a qualquer momento da entrevista; (vi) direito a receber a transcrição da entrevista; e (vii) direito de, mesmo após a transcrição da entrevista, não permitir a utilização dos dados por parte dos pesquisadores. Sendo assim, todos os entrevistados receberam o termo de consentimento livre e esclarecido contendo a explicação sobre a natureza da pesquisa e os aspectos éticos.

3.1 Procedimentos operacionais

Na parte operacional do trabalho, iniciou-se com a realização de um teste-piloto. Conforme Seidman (2013), o teste-piloto possibilita verificar a estrutura da pesquisa e observar se as questões elaboradas se relacionam com os objetivos do estudo. Cozby e Bates (2012) ainda mencionam que essa etapa é essencial porque permite aos pesquisadores realizarem ajustes antes da condução definitiva da pesquisa.

O teste-piloto foi realizado com uma aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Universidade de São Paulo. A estudante possuía 28 anos de experiência na área de agronegócio, sendo 18 anos no cargo de consultora e auditora tributária de empresa de grande porte. Em complementação, a aluna também atendia aos outros critérios de seleção dos entrevistados, mencionados previamente.

Posteriormente ao teste-piloto e aos respectivos ajustes no roteiro de entrevista, foram realizadas, no total, quatro entrevistas definitivas com cinco participantes das quatro empresas, responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis. A Tabela 1 traz o resumo das características dos participantes e das respectivas empresas.

Tabela 1 – Detalhamento dos participantes e das empresas

Entrevistado (Código)	Experiência no setor de Agrobusiness	Cargo	Tipo do Capital	Negociação	Atividade
Usuário Interno 1 (UI1)	7 anos	<i>Controller</i>	Companhia Aberta	Ações na B3	Papel e Celulose
Usuário Interno 2 (UI2)	22 anos	Gerente de Controladoria	Companhia Aberta	Ações na B3	Papel e Celulose
Usuário Interno 3a (UI3)	-	<i>Controller</i>	Companhia Fechada	Matriz nos EUA	Papel e Celulose
Usuário Interno 3b (UI3)	39 anos	Coordenador de Ativo	Companhia Fechada	Matriz nos EUA	Papel e Celulose
Usuário Interno 4 (UI4)	6 anos	<i>Controller</i> Corporativo	Companhia Fechada	Matriz nos EUA	Agronegócio e Alimentos

Pela Tabela 1, notam-se 2 companhias do setor de papel e celulose que possuem capitais abertos no Brasil e ações negociadas na Brasil Bolsa Balcão (B3) e outras 2 companhias de capital fechado, sendo uma do ramo de papel e celulose e a outra do agronegócio e indústria alimentícia, ambas possuem as suas matrizes no Estados Unidos para onde reportam as informações contábeis em US GAAP.

Os entrevistados ocupam cargos estratégicos nas empresas em que atuam. Os usuários internos são basicamente *controllers* corporativos. Além disso, os participantes estão inseridos no setor de *agrobusiness* há, pelo menos, 5 anos. Considera-se que o período de experiência dos entrevistados é suficiente e consistente com os critérios de escolha dos participantes da pesquisa. Os participantes UI3a e UI3b, trabalham na mesma empresa e foram entrevistados simultaneamente. Dessa forma, na Tabela 2 a seguir, são apresentados os detalhes das entrevistas.

Tabela 2 – Detalhamento das entrevistas

Entrevistado	Data	Tempo de duração	Quantidade de páginas de transcrição	Forma
UI1	31/05/2017	53 min	9	Pessoalmente

UI2	01/06/2017	50 min	8	Pessoalmente
UI3a e UI3b	12/06/2017	38 min	7	Skype
UI4	16/06/2017	30 min	4	Skype

4. Análise e discussão dos resultados

Nessa seção serão apresentados os principais resultados obtidos com o emprego dos procedimentos metodológicos narrados anteriormente. O resultado da análise da interação com os usuários internos compreendeu quatro principais pontos: (i) uso da informação para fins de planejamento e controle; (ii) estimação do valor justo do ativo florestal; (iii) análise contábil-financeira para os usuários em geral; (iv) visão sobre a norma contábil vigente.

4.1 Uso da informação para fins de planejamento e controle

Os ativos florestais nas empresas do UI1, UI2 e UI3 são de relevância expressiva em seus negócios, pois são usados como insumo na produção de papel e celulose e representam um dos maiores investimentos das companhias. Por essa razão, o ciclo de duração e crescimento dos ativos biológicos são fatores relevantes tanto no planejamento estratégico como na projeção e elaboração do orçamento. No entanto, as projeções de novos investimentos e base para comparação entre atual *versus* realizado são feitas com base no custo histórico e no custo de reposição, não sendo considerados os ajustes a valor justo, conforme fragmentos abaixo:

Custo de reposição, porque esse sim vai impactar o meu dispêndio de caixa né... quando a companhia analisa ativo biológico na perspectiva futura de CAPEX, precisa saber quanto vai ter de dispêndio de caixa, nesse pensamento, nessa análise, o valor justo não faz muita... porque ela não está formando um ativo para negociar, ela está formando um ativo para consumir no processo produtivo... (UI1, comunicação pessoal, 31 de maio de 2017)

A gente considera obviamente todos os gastos de ração, os gastos de colheita, gastos de manutenção da floresta, esse tipo de coisa. Todos os gastos que integram o cálculo para fins de custeio de ativo biológico. Entretanto, todo o nosso orçamento, todas as nossas análises de gastos são feitas com base no US GAAP O ativo biológico, a gente acaba utilizando ele somente para fins societários. (UI3a, comunicação pessoal, 12 de junho de 2017)

Como exemplo de premissas e indicadores operacionais, o UI2 exemplifica no fragmento abaixo, no qual servem como base para mensuração do custo.

Tem o plantio e depois toda a manutenção da floresta, até que ela atinja a idade de corte. Então todo esse controle de custos ele acontece, durante o período de formação da floresta. Então quando nós vamos fazer uma avaliação do ativo biológico, o que que é necessário? Você precisa saber, bom... onde é que eu tenho a floresta, em que ano que ela foi plantada, qual que é o custo de formação dessa floresta, e um item de extrema importância é qual que é a expectativa de volume de madeira que essa floresta vai me gerar. (UI2, comunicação pessoal, 1 de junho de 2017)

Já na empresa do entrevistado UI4, por conta da exigência da mensuração a valor justo, as premissas melhoraram os controles da empresa e ajudaram para outras avaliações internas, pois anteriormente a empresa não fazia acompanhamento em alto nível de controle.

Em termos de planejamento estratégico, as informações que são importantes nos ativos biológicos, basicamente, não é o valor final do cálculo do *Fair Value*, e sim todas as premissas envolvidas. Quando não tínhamos o valor justo, nós tínhamos muito problema para controlar as nossas fazendas de eucalipto. Não se fazia um inventário das florestas anualmente, não se revia os custos de plantação e aí com base na política, como tudo isso é necessário para formar o valor justo das fazendas, nós começamos a fazer e a administração começou a usar esse número para outras avaliações. (UI4, comunicação pessoal, 16 de junho de 2017).

Com base nas evidências fornecidas pelos usuários internos, nota-se que, em geral, o valor justo não é considerado para a elaboração do planejamento e orçamento das empresas. Posteriormente, esse montante do valor justo também é desconsiderado na análise do orçamento entre orçado e realizado, pelo motivo de ser um ativo que não será negociado, mas de uso próprio na produção de outros ativos. Entretanto, no caso do entrevistado UI4, o valor justo contribuiu para melhoria das premissas e posteriormente no controle. Além disso, contrariamente ao que se poderia esperar, o valor justo é desconsiderado para a projeção de novos investimentos nos ativos biológicos, situação na qual é utilizado o custo histórico ou de reposição. Esse achado é consistente com a afirmação de Argilés e Slob (2001), os quais sustentam que o custo histórico pode ser mais atraente de uma perspectiva gerencial. Desta forma, a influência do valor justo é mais tênue na tomada de decisões.

Como parte do acompanhamento e valoração das florestas, todas as empresas entrevistadas utilizam ferramentas de controle para acompanhamento do crescimento físico

dos ativos biológicos, seja por meio de imagens via satélite e medições físicas que são bases para o acompanhamento do crescimento do ativo biológico tanto para revisão do orçamento quanto para divulgação externa do valor justo.

Por não serem utilizados na tomada de decisões, no planejamento e controle, o valor justo também é desconsiderado na avaliação de performance das companhias e dos gestores, em especial nas empresas em que o ativo biológico é usado como insumo e não como produto final, sendo o valor justo incompleto ou não relevante conforme já constatado por Machado (2016).

O valor justo não influencia para fins internos de acompanhamento da performance... Essa é uma das necessidades e das variabilidades do modelo do valor justo que você inclui nesse cálculo e gera mais incerteza do que certeza. (UI1, comunicação pessoal, 31 de maio de 2017)

Ele [valor justo] acaba tendo, para o público interno, do ponto de vista de acompanhamento orçamentário, ele acaba não tendo importância nesse sentido. . . . Todo o efeito de ativo biológico ele é excluído. (UI2, comunicação pessoal, 1 de junho de 2017)

No caso das empresas dos usuários internos entrevistados, especialmente, as norte-americanas, o valor justo se torna menos relevante e não influencia a avaliação dos gestores que o fazem a custo histórico. Entretanto, o valor justo tem relevância para fins de remessa de dividendos para a conforme pode ser constatado nos casos dos entrevistados UI3a e UI3b:

Então nesse caso a gente teria uma redução ou aumento dos juros sobre o capital próprio ou de dividendos para serem enviados para a matriz. Basicamente esse é o único impacto que o ativo biológico traz para gente aqui alinhado em termos gerenciais. (UI3a, comunicação pessoal, 12 de junho de 2017)

Já na empresa do entrevistado UI4, a cultura (ativo biológico) não é o negócio principal e o eucalipto é usado na produção de energia. Por isso, é levado em consideração na análise de produtividade e custos para comparação com outras empresas do setor e viabilidade de se continuar a se produzir internamente, levando-se em conta o custo próprio de produção e o de mercado:

Para pagamento de bônus, não. Ele é considerado para avaliação do próprio negócio, se vale a pena continuar com produção própria ou terceirizar. Se vale a

pena continuar, a gente usa para energia, se vale a pena para consumo de energia ou mudar, ou aumentar a produção. Como a empresa é americana, pagamento de bônus é todo baseado em USGAAP (custo histórico). (UI4, comunicação pessoal, 16 de junho de 2017)

4.2 Estimação do valor justo do ativo florestal

Outro ponto identificado é que o controle do ajuste da mensuração do valor justo dos ativos biológicos é feito pelo fluxo de caixa descontado em planilhas MS Excel® em todas as empresas dos usuários internos entrevistados, abaixo fragmentos dos entrevistados sobre o processo de mensuração, assim como método e algumas das premissas utilizadas:

Eu já trago a fluxo de caixa, calculo na projeção de quanto eu espero ter de volume de madeira, pego preço de mercado, faço extrapolação se essa área vai me dar o volume de madeira, quanto vou dispendir de dinheiro, o preço da madeira de hoje, quanto gera de receita, menos o que vou gastar, menos o custo histórico, é o ajuste. (UI1, comunicação pessoal, 31 de maio de 2017)

O que nós não conseguimos resolver ainda é a questão de toda a avaliação ela é feita num fluxo de caixa descontado em Excel. Então a gente percebe assim, que existe uma deficiência, ou uma limitação ainda, por falta de ferramentas no mercado que deem um pouco mais de robustez do ponto de vista de controle interno para as empresas (UI2, comunicação pessoal, 1 de junho de 2017)

A gente usa fluxo de caixa descontado para a gente fazer o nosso valor justo, eu não tenho hoje um mercado ativo de florestas, tá? Florestas de pinus e eucalipto. Então o que a gente faz? A gente trabalha com fluxo de caixa descontado. E esse fluxo de caixa descontado ele leva em consideração o aspecto de projeção de custo de preço de madeira (UI3a, comunicação pessoal, 12 de junho de 2017)

A ferramenta de controle é o próprio Excel. . . . nós utilizamos o fluxo de caixa, para elaborar o fluxo de caixa, alguns dados nós usamos o custo histórico para outros dados, nós olhamos o custo de mercado. Por exemplo, o custo de corte, carregamento e transporte, nós sempre olhamos o custo do último ano vs. [o que] está o mercado na data da avaliação, as empresas que prestam esse serviço, porque pode ser que você teve alguma vantagem no ano, ou algum outro motivo que fizesse com que encarece. (UI4, comunicação pessoal, 16 de junho de 2017)

Além das planilhas do MS Excel® os respondentes também indicaram a utilização de inventários, sistemas integrados, controles florestais e até mesmo a contratação de consultorias que pudessem auxiliar nos valores das terras de algumas regiões. Já no caso da taxa utilizada pelas companhias foi informada o custo médio ponderado de capital (WACC), sendo ajustado por diversas premissas como inflação, beta do setor e preço, volume e custo histórico da madeira.

Esses resultados são consistentes com os de Figueira e Ribeiro (2016), os quais encontraram por meio de análise documental que o fluxo de caixa prevalece quando inexistem mercados ativos, ainda que essa prática se utiliza de distintas taxas de desconto. Portanto, levando a maior subjetividade (Bosch et al., 2012; Dowling & Godfrey, 2001; Herbohn & Herbohn, 2006).

4.3 Análise contábil-financeira para os usuários em geral

Quanto às opiniões acerca da potencial contribuição do valor justo para as análises contábeis e financeiras dos usuários em geral, houve divergências de opiniões. Segundo o UI1, o valor justo não agrega melhoria na informação contábil do segmento de papel e celulose onde a produção é verticalizada. Em adição, o UI3a menciona a quantidade de variáveis e os aspectos de longo prazo desses ativos como fatores impeditivos para o aprimoramento da representação fidedigna, aspectos já tratados por Machado (2016) quanto à relevância do valor justo para esse tipo de negócio.

Então, na minha modesta opinião, ele não agrega valor. Então, nesse segmento onde a indústria é verticalizada. Pros outros eu acho que faz sentido, laranja, cana, que o negócio é muito rápido e o giro é muito curto. Nosso ativo são 7 anos, 7 anos você pode ter praga, MST, você pode ter de tudo, queimadas, tudo! (UI1, comunicação pessoal, 31 de maio de 2017)

Como nós temos um ativo de longo prazo, eu acho que a incorporação do valor justo ao ativo biológico acaba sendo em algumas vezes intempestivo... ele não vai retratar de maneira... Ele retrata muitas vezes as variações macroeconômicas, como por exemplo taxa de juros, a inflação de curto prazo, ele traz para a parte da contabilidade uma análise... uma variação de valor, que não reflete o motivo da utilização. (UI3a, comunicação pessoal, 12 de junho de 2017)

Por outro lado, os entrevistados UI2 e UI4 acreditam que, no geral, a informação e mensuração a valor justo contribuem na melhoria da análise por parte dos usuários externos, no sentido de ter um valor contábil mais próximo do econômico da empresa, bem como na comparabilidade entre entidades, apesar da maior subjetividade envolvida.

Quando você mostra que você tem um conjunto de ativos biológicos e terras já valorizados a mercado, ou a valor justo, de certa forma isso se aproxima muito do conceito que o analista utiliza para fazer a avaliação da empresa, né? (UI2, comunicação pessoal, 1 de junho de 2017)

Está muito próximo do valor econômico, já que você aplica o valor justo para um monte de coisa, eu que trabalho com agro, que tem commodities, derivativos, então isso aproximou muito a contabilidade ao valor econômico da empresa. (UI4, comunicação pessoal, 16 de junho de 2017)

Dessa forma, é possível perceber uma incerteza quanto à utilidade da informação do valor justo para os ativos florestais, seja pelos fatores da indústria verticalizada e implicações macroeconômicas (UI1 e UI3a). Entretanto, na visão dos outros 2 entrevistados o reconhecimento do valor justo permite uma aproximação do valor econômico desses ativos, bem como uma maior utilidade para o analista que avalia a empresa (UI2 e UI4).

4.4 Visão sobre a norma contábil vigente

Referentemente ao questionamento sobre a norma contábil, nota-se indícios pelas opiniões dos entrevistados de que a divulgação das premissas é pouco detalhada, algumas vezes por representarem informações estratégicas das empresas. E, por isso, dificilmente os usuários externos conseguiriam recalcular os valores reportados.

Todo mundo divulga o minimamente necessário, mas que não seja possível comparar um com o outro . . . Você pode na ver nossa nota explicativa ou na dos concorrentes. Preço médio da madeira, 53, 54 m3. Da onde é esse preço médio? Tá, só que uma empresa tem floresta em MG, SP, BA, PR, esse médio serve para alguma coisa? Serve para nada. Ah o meu crescimento, o IMA (Incremento médio anual) é médio 40 por ano. Serve para alguma coisa? Para nada! (UI1, comunicação pessoal, 31 de maio de 2017)

Eu acho que a norma é clara, as vezes algumas coisas são um pouco difíceis de cumprir, por exemplo, o valor justo, no fim para ativos biológicos, todo mundo vai para o nível 3, e a norma já define tudo o que você deveria usar no nível 3 para fazer a mensuração. O problema não é a norma, e sim o cumprimento da norma, se todo mundo divulgasse todas as premissas, a avaliação do investidor seria bem mais justa. (UI4, comunicação pessoal, 16 de junho de 2017)

Adicionalmente, em termos de padronização na divulgação das notas explicativas, o UI1 acrescenta que: *“tem empresa que divulga quanto foi a exaustão do período a Fair Value, outras não...”*. Em complemento, o UI4 coloca que:

Já existe um padrão, ele é obrigatório, mas as empresas não cumprem. . . . Não é cumprimento, porque quando você calcula o valor justo, você tem todas as premissas que a norma solicitou. Tudo que a norma está solicitando de premissa, os custos que utilizou, a taxa de desconto, você que escolhe não divulgar. (UI4, comunicação pessoal, 16 de junho de 2017)

Adicionalmente é informado o possível conflito de interesses dos administradores da companhia ao ter um incentivo em adotar premissas que reconheçam um maior valor justo, como consequência de aumentar as receitas influenciar no desempenho e bonificações (E2). Complementarmente, são citadas a volatilidade nos ativos e no resultado e a dificuldade da própria Auditoria em validar as informações e disponibilizadas (E1).

Por fim, o UI1 pensa que os ativos florestais não deveriam constar no escopo do CPC 29, enquanto o UI2 acredita que os ajustes provenientes de variação a valor justo dos ativos biológicos poderiam ser feitos diretamente no Patrimônio Líquido, portanto seriam demonstrados na Demonstração do Resultado Abrangente (DRA), diminuindo a volatilidade do lucro na Demonstração do Resultado do Exercício (Herbohn & Herbohn, 2006).

Ativo biológico de uma indústria integrada, isso para mim é o único 'gap' dessa norma que poderia ser revisto. Não é para ativo biológico, é para indústria integrada, cujo produto final não é o produto agrícola, gerado pelo ativo biológico. Não deveria ser aplicada a norma. (UI1, comunicação pessoal, 31 de maio de 2017)

Sendo muito franco, na minha opinião, o que eu acho que o IFRS e o IASB deveriam fazer é, uma vez que nós temos no patrimônio líquido um grupo chamado ajuste de avaliação patrimonial, no meu entendimento todas as variações de valor justo, a partir do momento que você adotou (as IFRS), deveriam ir direto para o patrimônio líquido, não impactar o resultado. Essa é a minha opinião. (UI2, comunicação pessoal, 1 de junho de 2017)

5 Considerações finais

O presente artigo buscou discutir as opiniões de usuários internos, representados por *controllers* corporativos responsáveis pelas elaborações das demonstrações contábeis, acerca das bases de mensuração dos ativos florestais. O estudo questionou a relevância das bases de mensuração desses ativos biológicos, para fins de análise gerencial e a sua utilidade na divulgação dos relatórios financeiros para uso dos demais usuários da informação.

Como principais resultados obtidos das entrevistas com gestores responsáveis pelas informações contábeis, destacam-se os seguintes: (1) a utilidade do valor justo é menos relevante para fins de planejamento e controle, assim como para a avaliação de desempenho e de projeção de novos investimentos nos ativos florestais, com exceção da empresa americana que possui eucalipto para geração de energia que compara a

viabilidade de produzir internamente *versus* o valor de compra externa; (2) as empresas possuem ferramentas de controle dos ativos biológicos que minimizam os riscos de sua produção e são base para mensuração a valor justo dos ativos biológicos para fins externos; (3) o valor justo dos ativos biológicos não é utilizado para mensurar o desempenho do gestor ou da companhia, no entanto, apenas uma das companhias entrevistadas exclui o ajuste do valor justo da base de cálculo para pagamento de dividendos, sendo que no caso das empresas que possuam matriz norte-americana, pode ser um aspecto de subjetividade nos dividendos remetidos para o exterior; (4) a elaboração do valor justo do ativo florestal é feito com base no fluxo de caixa descontado considerando as premissas de cada companhia, com certo grau de subjetividade; os usuários internos afirmam a complexidade do cálculo de diversas florestas, taxas e regiões, e que por fim são consolidados em uma única informação e que dificilmente os usuários externos conseguiriam chegar aos mesmos valores, seja por falta de conhecimento ou de disponibilidade informacional; (5) em relação à melhoria da análise contábil-financeira ocasionada pelo uso do valor justo, em geral, os usuários acreditam que há uma aproximação do valor contábil ao valor econômico da empresa; por outro lado, no caso dos ativos florestais, o valor justo não é útil por deixar de representar fidedignamente ativos de longo prazo; e (6) a norma contábil, pela perspectiva dos usuários internos, precisa ser aprimorada, como por exemplo: maiores informações na divulgação das premissas. Foi sugerido que as variações provenientes do valor justo de ativo biológico deveriam ser contabilizadas diretamente no PL, ao invés de impactar o resultado, reduzindo assim a volatilidade do lucro. O balanço estaria com esses ativos avaliados a valor justo, mas o resultado seria fornecido à base do custo. A conciliação estaria nos Outros Resultados Abrangentes.

Diante da discussão apresentada, este trabalho tem como implicação a continuidade do debate sobre as formas de mensuração dos ativos biológicos, visto que nenhuma base de mensuração é completa ou perfeita (Martins, 2001). Em se tratando de opinião de usuários, não constituiu objetivo apresentar verdades inquestionáveis, mas visões sobre a utilidade das formas pelas quais se mensuram os ativos biológicos a fim de constatar as

suas distintas contribuições para a tomada de decisão. Para os ativos florestais, em especial, as opiniões dos *controllers* corporativos sugerem que o valor justo não é tão útil quanto aparentava ser; inclusive seus efeitos são neutralizados em algumas análises desses usuários.

Por fim, sugere-se, para trabalhos futuros, a realização de entrevistas com múltiplos usuários externos, situação não alcançada por esta pesquisa, para avaliar se as bases de mensuração dos ativos biológicos na perspectiva de credores, analistas financeiros, investidores e outros *stakeholders* externos, são importantes para tomada de decisão e para prover novas e mais amplas perspectivas sobre o assunto. Da mesma forma, pode ser importante replicar esta pesquisa no sentido de analisar a relevância das formas de mensuração para ativos biológicos de curto ciclo de produção. Estudos teóricos e empíricos acerca da contabilização da variação oriunda do valor justo de ativo biológico – se no resultado do exercício ou no resultado abrangente – são igualmente incentivados.

Referências

- Anderson, S. B., Brown, J. L., Hodder, L., & Hopkins, P. E. (2015). The effect of alternative accounting measurement bases on investors' assessments of managers' stewardship. *Accounting, Organizations and Society*, 46, 100-114.
- Argilés, J. M., & Slof, E. J. (2001). New opportunities for farm accounting. *European Accounting Review*, 10(July), 361–383. doi:10.1080/09638180126640
- Armstrong, C. S., Barth, M. E., Jagolinzer, A. D., & Riedl, E. J. (2010). Market reaction to the adoption of IFRS in Europe. *The accounting review*, 85(1), 31-61.
- Berg, B. L., (2004). *Qualitative research methods for the social sciences*. (4a ed.). Boston, MA: Pearson.
- Barth, M. E. (2013). Measurement in financial reporting: the need for concepts. *Accounting Horizons*, 28(2), 331–352.
- Barth, M. E. (2006). Including estimates of the future in today's financial statements. *Accounting Horizons*, 20(3), 271-285.
- Bosch, J. M. A.; Aliberch, A. S.; Blandón, J. G. (2012). A comparative study of difficulties in accounting preparation and judgement in agriculture using fair value and historical cost for biological assets valuation. *Revista de Contabilidad*, 15(1), 109–142. doi:10.1016/S1138-4891(12)70040-7.
- Brito, E. (2010). Um estudo sobre a subjetividade na mensuração do valor justo na atividade da pecuária bovina. Mémoire de Maîtrise, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. doi:10.11606/D.96.2010.tde-07012011-105511. Recuperado de www.teses.usp.br
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2009). *Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado*. Brasília, DF.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2009). *Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola*. Brasília, DF.

- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2012). *Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo*. Brasília, DF.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2015). *Revisão 08 – Revisão de Pronunciamentos Técnicos*, DF.
- Cozby, P. C. B., & Bates, S. (2012). *Methods in behavioral research*. (No. 150.72 C6).
- Dowling, C. and Godfrey, J. (2001). AASB 1037 sows the seeds of change: a survey of SGARA measurement methods. *Australian Accounting Review*, 11(1), 45-51.
- Einsweiller, A.C., & Fischer, A. (2013). Efeitos da aplicação de valor justo no ativo biológico de uma empresa do ramo de celulose e papel. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 12, 24-34. doi:10.16930/2237-7662/rccc.v12n37p24-34
- Figueira, L. M., & Ribeiro, M. S. (2016). Análise da evidenciação sobre a mensuração de ativos biológicos: Antes e Depois do CPC 29. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 12(26), 73-98.
- Frezatti, F., Guerreiro, R., & Braga, A. (2007). Diferenciações entre a contabilidade financeira e a contabilidade gerencial: uma pesquisa empírica a partir de. *Revista Contabilidade & Finanças*, (1), 9-22.
- Gelbcke, E., Santos, A., Iudicibus, S., & Martins, E. (2018). *Manual de Contabilidade Societária*. São Paulo: Atlas.
- Gillham, B. (2005). *Research Interviewing: The range of techniques: A practical guide*. McGraw-Hill Education (UK).
- Gonçalves, J.C., Santos, L. J., Szuster, N. (2012) *Evidenciação de ativos biológicos nas demonstrações contábeis; uma análise das empresas do setor de agropecuária e alimentos processados da BMF&BOVESPA*. In: VIII CNEG – Congresso Nacional de Excelência em Gestão, Niterói, RJ.
- Hansen, D. R., & Mowen, M. M. (2005). *Management accounting*. Singapore: South-Western.
- Herbohn, K., & Herbohn, J. (2006) International Accounting Standard [IAS] 41: what are the implications for reporting forest assets?, *Small-scale Forest Economics, Management and Policy*, 5(2), 175-189.
- Jensen, M C.; Meckling, William H. (1976). Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure. Social Science Research Network (SSRN) Electronic Library.
- King, N. (2004). Using interviews in qualitative research. In: CASSELL, C.; SYMON, G. (ed.) *Essential guide to qualitative methods in organizational research*. London: SAGE, p.11-22.
- Landsman, W. R. (2007). Is fair value accounting information relevant and reliable? Evidence from capital market research. *Accounting and Business Research*, 37(sup1), 19-30.
- Lefter, V., & Roman, A. G. (2007). IAS 41 Agriculture: Fair value accounting. *Theoretical and applied Economics*, 5(510), 15-22.
- Machado, M. J. C., Martins, E. A., & Carvalho, L. N. (2014). Reliability in fair value of assets without an active market. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 7(3), 319–338.
- Machado, M. J. C. (2016). *Formas de mensuração X stewardship: Implicações nos ativos biológicos*. Tese de doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.
- Martins, E. (2001). *Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica*. São Paulo: Atlas.
- Martins, G. D. A., & Theóphilo, C. R. (2009). *Metodologia da Investigação Científica*. São Paulo: Atlas.
- International Accounting Standards Board. (2001). IAS 41 – Agriculture. *International Accounting Standard*. London, UK: IFRS Foundation.
- International Accounting Standards Board. (2017). IAS Plus: IAS 41 – Agriculture. Recuperado de <https://www.iasplus.com/en/standards/ias/ias41>.
- Pires, A. M. M., & Rodrigues, F. J. P. A. (2008). Necessidade de adaptar e ajustar a IAS 41 ao sector agrícola português. *Revista Universo Contábil*, 4(1), 126-140.

- Ribeiro, D. T. O. (2013). Uma contribuição para mensuração dos ativos biológicos e produto agrícola sem mercado ativo e seus reflexos contábeis. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Recuperado de <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/1540>
- Seidman, I. (2013). *Interviewing as qualitative research: A guide for researchers in education and the social sciences*. (3rd ed). Teachers College Press.
- Smith, M. (2015). *Research methods in accounting* (3 ed.). London: Sage.
- Tracy, S. J. (2013). *Qualitative research methods*. UK: Wiley-Blackwell.
- Wanderley, C. A. N., Silva, A. C. D., & Leal, R. B. (2012). Tratamento contábil de ativos biológicos e produtos agrícolas: uma análise das principais empresas do agronegócio brasileiro. *Pensar Contábil*, 14, 53-62.

Apêndice A

Guia De Entrevista:

1 Perfil do entrevistado (observar: sexo, empresa, setor)

Cargo/função atual

Idade:

Formação:

Tempo de experiência no cargo:

Tempo de experiência na área:

Tempo de experiência no setor de agrobusiness:

2 Tópicos das entrevistas

a) O planejamento estratégico e o orçamento da empresa levam em conta o ciclo de duração dos ativos biológicos? Como são feitas as mensurações dos ativos biológicos nesses artefatos?

b) Relate as motivações para considerar essa(s) forma(s) de mensuração.

c) Para fins de controles internos, descreva os tipos de ferramentas utilizadas para acompanhamento e mensuração dos ativos biológicos.

d) As premissas para mensuração dos ativos biológicos para fins gerenciais diferem das premissas para fins societários, de divulgação ao mercado?

e) São utilizados indicadores financeiros e não-financeiros para análise interna dos ativos biológicos? Quais?

f) Se fosse viável, econômica e operacionalmente, quais as formas de mensuração complementares que seriam implantadas para fins de avaliação de desempenho das operações agrícolas?

g) A forma de mensuração a valor justo traz melhor informação para acompanhamento do valor econômico da empresa para fins de avaliação interna? Por que?

h) Comente sobre os requisitos da norma e se haveria alguma sugestão de melhoria/mudança que traria melhor análise dos ativos biológicos?
